



ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Cáceres/MT, 08 a 10 de novembro de 2016

01 | Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às oito horas, no
02 | Auditório “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont,
03 | nº 1.095, Bairro DNER, em Cáceres-MT, foi realizada a 2ª Sessão Ordinária de
04 | dois mil e dezesseis do Conselho Universitário da Universidade do Estado de
05 | Mato Grosso – UNEMAT, sob a presidência da Professora Ana Maria Di Renzo,
06 | presidente do CONSUNI; secretariada por mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-se
07 | presentes os conselheiros: Ivan Cleiton de Oliveira Silva, Vinícius Augusto
08 | Moraes, Gislaine Aparecida de Carvalho, Milton Chicalé Correia, Luiz Carlos
09 | Pascuali, Eveline Nunes Costa, Adailton Alves da Silva, Luiz Jorge Brasilino da
10 | Silva, Valdir Silva, Alcione Lescano de Souza Junior, Tales Nereu Borgoni,
11 | Alfredo Zenen Domínguez González, Agilson Poquiviqui, Gildete Evangelista da
12 | Silva, Silkiane Machado Capeleto, Veronica de Souza Bezerra, Maria Eloisa
13 | Mignoni, Thiago Silva Guimarães, Ricardo Keichi Umetsu, Rogério Dias Dalla
14 | Riva, Raul Angel Carlos Oliveira, Marion Machado Cunha, Adil Antonio Alves de
15 | Oliveira, Anderson Fernandes de Miranda, Marinez Cargnin Stieller, Alexandro
16 | Cesar Faleiro, Cleci Grzebieluckas, Dirceu da Rosa Martins, Marcelo Berigo,
17 | Gabriel Schardong Ferrão, Clebes Cosendey de Souza, Eder Reinoldo Gotz,
18 | Claudeir Dias, Jeferson Odair Diel, Keila Mara da Costa e Silva, e Antônio
19 | Ronaldo da Silva. Após verificação de *quorum*, inicia-se a sessão, regida em
20 | conformidade com a Resolução nº 017/2012-CONSUNI. A presidente
21 | cumprimenta e agradece a todos pela presença. Passa a palavra ao pró-reitor
22 | de Pesquisa e Pós-Graduação Rodrigo Zanin que, após os cumprimentos,
23 | parabeniza os alunos da célula empreendedora que foram vencedores de um
24 | concurso recentemente. Informa ainda as várias ações desenvolvidas na
25 | universidade voltadas ao empreendedorismo. Informa sobre os repasses para a
26 | pesquisa, que recentemente recebeu a primeira parcela e que já estão sendo
27 | contratados os programas para a organização dos gastos, embora haja um
28 | decreto que dificulta aquisição de passagens. Quanto a bolsas de estudo, houve
29 | uma redução. Comunica a realização da primeira reunião da Câmara de
30 | Pesquisa e Pós-Graduação, que está sendo estruturada. Que ocorrerá o



01 seminário de pesquisa em Cáceres, Tangará e Sinop. A presidente informa
02 sobre a reunião com a comunidade acadêmica para fortalecer a pesquisa e
03 buscar reforços contra as ações de cortes da CAPES, lembrando ainda a
04 necessidade do fortalecimento da pesquisa na universidade com bons projetos.
05 A pró-reitora Vera Maquêa, após os cumprimentos, fala sobre as pautas a serem
06 apreciadas nesta sessão, pedindo o apoio de todos os conselheiros. Fala sobre
07 os encontros do FOCCO, lembrando que o último será em Sinop e ainda sobre a
08 realização do encontro de reitores. O pró-reitor de Extensão e Cultura Alexandre
09 Porto cumprimenta os presentes e informa que as bolsas sofreram uma breve
10 redução devido ao baixo número de inscrições no edital da FAPEMAT. Discorre
11 sobre a implantação do Projeto de Línguas, um grande projeto da pró-reitoria,
12 implantado e executado por cada câmpus. Informa sobre a Jornada Científica e
13 sua organização. A presidente fala da importância de se mostrar o que está
14 sendo produzido na instituição e espera que até 2018 seja implantado nos
15 câmpus o Centro de Línguas. Destaca a relevância da formação em
16 Empreendedorismo, buscar por novas alternativas, pois os acadêmicos
17 precisam se inserir no mercado após a formatura. Aborda ainda sobre a
18 formação continuada, fornecida para todos os docentes. Informa sobre a
19 participação de embaixadas na Jornada Científica. Com a palavra o pró-reitor
20 Francisco Lledo, que cumprimenta a todos os presentes e informa que um
21 servidor da DATI também foi vencedor, na etapa em Rondonópolis das células
22 empreendedoras. Justifica a ausência do pró-reitor de Gestão Financeira Weily
23 Toro Machado, passando aos informes gerais sobre orçamento e ações
24 desenvolvidas para os câmpus. Destaca o trabalho dos diretores de cada
25 câmpus e ainda informa que em breve será publicado edital para o sistema
26 acadêmico. Quanto à conexão de *internet* houve uma melhora significativa no
27 aumento da capacidade, ainda que precária em alguns câmpus. A presidente
28 destaca a eficiência da execução orçamentária e financeira, mesmo em tempos
29 de crise. Lembra que isto deve ser mantido e melhorado, a fim de garantir o bom
30 andamento das atividades. Informa que OLLP ainda não foi possível se alcançar
31 o ingresso, mas que está batalhando para tal. Não havendo informes por parte
32 dos senhores conselheiros, concede a palavra ao professor Domingos Sávio,



01 presidente da ADUNEMAT que, após os cumprimentos, informa que estão se
02 organizando para mobilização contra a implantação da PEC 241, PEC 245 e MP
03 746 do Governo Federal, juntamente com o SINTESMAT. Afirma que é muito
04 importante que este Conselho Universitário também se posicione contra. Informa
05 sobre a realização de mobilização dos sindicatos no próximo dia 11 em cada
06 cidade. O presidente do SINTESMAT também manifesta que é muito importante
07 que este conselho se posicione contra essas medidas do Governo Federal.
08 Informa sobre o encontro sindical e a palestra que ocorrerá neste dia, à noite, no
09 câmpus de Cáceres, convidando a todos para participarem. A presidente solicita
10 à assessora dos conselhos para apresentar a carta feita pela ABRUEM, para
11 que este conselho também possa fazer uma proposta de redação e ser colocada
12 em apreciação. Lamenta que Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
13 corra o risco de ser privatizada, é preciso se precaver. Recorda que todos os
14 câmpus começaram próximos da sociedade e que atualmente é preciso estar
15 mais perto, saber o que a sociedade pensa sobre nós. Fala sobre a questão das
16 passagens, que não se mexe na questão de programas, pois o decreto
17 recomenda a redução apenas para eventos. Aborda sobre a redução do
18 expediente para seis horas ou não. Que na Sede Administrativa poderia haver a
19 redução sem problemas, já os câmpus teriam muitos problemas, devido à
20 impossibilidade de redução da carga horária das disciplinas, uso de laboratório e
21 outros. Justificaram ausência os conselheiros: Dilma Lourença, Solange Ikeda,
22 Paulo Pimenta. A presidente empossa os conselheiros Angela Rita e Rivanildo
23 Dallacort. O conselheiro Jeferson Santos, de representação discente, perdeu o
24 mandato por não comparecer para a posse, conforme §2 do art. 9º da resolução
25 007/2012-CONSUNI. A presidente coloca em apreciação a Ata da Sessão
26 Ordinária e Extraordinária realizadas anteriormente e, não havendo
27 apontamentos dos conselheiros, são consideradas aprovadas. A presidente
28 apresenta a proposta de pauta e pergunta se há inclusão de pauta. Não sendo
29 proposta nenhuma inclusão, a mesa solicita a retirada do subitem 2.7 Criação do
30 Núcleo Pedagógico de Marcelândia. Em regime de votação: 32 votos favoráveis
31 e 01 abstenção. O conselheiro Luiz Jorge pede a retificação do subitem 4.8 da
32 pauta para avaliação. Em regime de votação: 36 votos favoráveis. O conselheiro



01 Claudeir solicita a inversão do item 4 para o após o 1 item. Em regime de
02 votação: 30 votos favoráveis, 00 votos contrários, 01 abstenção. A presidente
03 coloca em apreciação por bloco os subitens do item 1. Homologações das
04 Resoluções Ad Referendum do CONSUNI: 1.1 Resolução nº 007/2016 - Aprova
05 e autoriza a implementação do Programa Stricto Sensu - Mestrado Profissional
06 em Ensino de História – PROFHistória da Universidade do Estado de Mato
07 Grosso – UNEMAT. 1.2 Resolução nº 008/2016 - Aprova e autoriza a
08 implementação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências
09 Ambientais a ser executado no Câmpus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-
10 MT. 1.3 Resolução nº 009/2016 – Aprova o Regimento do Mestrado Profissional
11 em Ensino de História – PROFHistória da Universidade do Estado de Mato
12 Grosso - UNEMAT. 1.4 Resolução nº 010/2016 – Aprova o Regimento do
13 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em Ciências
14 Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT a ser
15 executado no Câmpus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-MT. 1.5
16 Resolução nº 011/2016 - Aprova e autoriza a implementação do curso de Pós-
17 graduação *Lato Sensu* “Gerenciamento da Atenção Primária com ênfase na
18 Saúde da Família”, a ser executado no Câmpus Universitário de Tangará da
19 Serra-MT. A presidente, seguida pelo pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação,
20 defende a necessidade de aprovação de cada resolução. O conselheiro Ricardo
21 questiona a aprovação de regimento sem tramitação pelas câmaras. Informa a
22 existência de um regimento no câmpus de Nova Xavantina que vem sendo
23 reformulado, tendo passado por todas as câmaras. O professor Rodrigo
24 esclarece que não havia regimento, portanto não se trata de reformulação nesse
25 caso. Em regime de votação: 35 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 1.6
26 Resolução nº 012/2016 - Dispõe sobre a Criação e Normatização da Modalidade
27 de Bolsa de Preceptoría Médica – BPMed para acompanhamento, supervisão e
28 orientação de alunos em atividades acadêmicas no curso de Medicina, no
29 âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso. A pró-reitora de Ensino e
30 Graduação apresenta a professora Heloisa Miura, o professor Franciano
31 Antunes e o professor Alcione Lescano. Justifica a resolução mediante a
32 urgência dos discentes de Medicina possam iniciar a fase de internato e



01 comunica que a universidade vai auxiliar no processo readequação hospital-
02 escola nas dependências do Hospital Regional de Cáceres. Esclarece que esta
03 bolsa é de preceptoria: são profissionais-médicos que atuam nas unidades de
04 saúde e que irão acompanhar o aluno durante as atividades em sua unidade.
05 Que existe uma legislação limitando a quantidade de alunos em determinadas
06 unidades e a ideia foi organizar esta resolução tendo como parâmetro várias
07 universidades do país. O conselheiro Claudeir solicita a apreciação da Câmara
08 Setorial de Orçamento e Patrimônio, uma vez que gerará ônus para
09 universidade. O pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação
10 esclarece os valores, em conformidade com o projeto, existindo programação
11 prévia. O professor Franciano tece suas considerações sobre o assunto e
12 informa que existe um número pequeno de profissionais-médicos no município e
13 que o prefeito chegou a questionar sobre vínculos empregatícios e argumenta
14 que a oferta da bolsa não onera os servidores da instituição. Com a bolsa
15 preceptoria, haverá um professor responsável e os bolsistas que atuaram com
16 os alunos. Pondera que haverá uma economia de 140 mil por ano com a
17 redução de professores de estágio. Foi pactuado um valor de 160 mil com
18 bolsas, porém este valor corresponde ao teto máximo, não necessariamente
19 atingindo este valor. É uma forma de contribuir com o ensino e a formação dos
20 profissionais, proporcionando uma formação de qualidade combinada com
21 redução de gastos, inclusive com impostos. O conselheiro Ricardo sugere que
22 seja incluso na resolução quantos preceptores e quantos alunos serão atendidos
23 por cada um, ou seja, um cronograma orçamentário. A presidente se dirige
24 àqueles que não compreendem que a preceptoria é uma condição para a prática
25 da Medicina e pensa em iniciar uma discussão nos câmpus de Cáceres,
26 Diamantino e Tangará da Serra, em relação aos cursos de Enfermagem, que
27 são onerosos para a universidade. Informa que os programas de bolsas é uma
28 prática utilizada pelo Governo Federal, como o PARFOR, UAB (Universidade
29 Aberta do Brasil), entre outros. A pró-reitora Vera argumenta que existe uma
30 variação muito grande, que independe da universidade, sendo necessário
31 observar as regras de cada unidade de saúde, como isto será possível ocorrer.
32 O edital prevê carga horária e que a quantidade de alunos deverá se adaptar a



01 | cada realidade específica. Considera que é mais vantajoso a concessão de
02 | bolsa a um preceptor para acompanhar o estágio, sendo possível pensar em
03 | outras áreas. O conselheiro Dirceu manifesta preocupação com a execução e
04 | pagamento dessa bolsa, uma vez que será contínua. A presidente esclarece que
05 | a ideia é colocar o pagamento dentro da folha, como se paga a secretaria de
06 | gestão. A professora Vera lembra que quando o curso foi criado, existia a
07 | previsão de gastos com internatos que extrapola o atual valor da bolsa em
08 | proposição. Pensa que é uma questão de acompanhar o que as universidades
09 | públicas fazem para acompanhar os alunos no internato, passando a atuar
10 | dentro de cada unidade de saúde. O internato faz parte do curso de Medicina e
11 | que a bolsa representa um laço dos profissionais com a universidade e com a
12 | formação dos futuros profissionais. O conselheiro Tales questiona quanto à
13 | legalidade da situação dos profissionais que atuam nas unidades de saúde e
14 | atendem aos alunos. A professora Heloisa detalha o processo de formação dos
15 | acadêmicos junto às unidades de saúde. O internato será dividido nas áreas de
16 | saúde da mulher, da criança, do adulto e outras modalidades. O preceptor só faz
17 | aulas práticas, ou seja, o que estiver acontecendo de procedimento na unidade
18 | é isto que o aluno vai aprender, não existindo uma programação prévia a ser
19 | seguida. Um aluno quando termina o internato na saúde da mulher pode fazer
20 | um parto normal, mas uma cesárea, por exemplo, poderá realizar apenas
21 | quando terminar a área da obstetrícia. O preceptor, ao realizar os
22 | procedimentos, expõe detalhadamente cada atividade. O conselheiro Vinícius
23 | pede que seja apresentado o melhor e o pior cenário, para se ter ideia de como
24 | os valores serão reajustados. O conselheiro Milton Chicalé compreende que
25 | muitos esforços foram feitos e que se trata de uma condição para o curso. Que a
26 | bolsa é possível do ponto de vista legal, que são de valores irrisórios, uma vez
27 | que quem se propõe a trabalhar como bolsista é por dedicação. Lembra que a
28 | instituição precisa avançar e que atualmente são propostas poucas resoluções
29 | *ad referendum*. Sugere que a Câmara de Legislação e a Câmara de Orçamento
30 | estejam disponíveis para, quando houver matéria de urgência, essas resoluções
31 | sejam previamente apreciadas. A presidente concorda com o conselheiro e que
32 | isto pode ser pensado para as próximas sessões. Esclarece para o conselheiro



01 Vinicius que o pior cenário é o apresentado. O professor Lescano afirma que
02 entendeu a necessidade da bolsa, mas que seria preciso compreender como
03 funciona a formação dos alunos de Medicina. A professora Vera argumenta que
04 a carga horária não sofrerá mudanças, uma vez que corresponde a um número
05 “x” de alunos. O professor Franciano relembra a aprovação do PPC do curso de
06 Medicina, onde constava de mais de oito mil horas, adequadas para a carga
07 horária mínima prevista em lei, existindo um percentual pré-fixado para o
08 internato. Que no curso de medicina ocorre divisão de turmas para acessar
09 determinada unidade de saúde. O conselheiro Tales pede esclarecimento
10 quanto aos termos “no mínimo” ou “no máximo” apresentados na tabela, sendo
11 esclarecido pelo relator. Em regime de votação: 36 votos favoráveis. Apreciação
12 do item 4. Câmara Setorial de Legislação, subitem 4.1 Regimento Interno dos
13 laboratórios do Câmpus Univ. de Nova Xavantina. O relator Luiz Jorge
14 apresenta aos demais conselheiros os trâmites processuais e o parecer da
15 câmara. O conselheiro Lescano pensa que os laboratórios estão vinculados às
16 faculdades, sendo necessário então reforçar as faculdades para resolução de
17 problemas pontuais dentro dos laboratórios. A presidente considera importante o
18 reforço das faculdades e lembra que está em andamento o concurso para
19 técnicos. O conselheiro Ricardo considera é importante regulamentar o uso dos
20 laboratórios a fim de evitar que os laboratórios tenham o acesso controlado por
21 pessoas, em vez do câmpus. Aponta que foram aprovadas alterações no
22 CONEPE que não constam na proposta apresentada. A assessora dos órgãos
23 colegiados esclarece que essas sugestões serão apreciadas com os destaques
24 da câmara. A presidente profere a leitura do parecer da câmara. Em regime de
25 votação: 38 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 4.2 Regimento do
26 Laboratório de Ensino do Câmpus Univ. de Juara. A relatora Eveline apresenta a
27 matéria, os trâmites do processo e os destaques propostos pela câmara. O
28 conselheiro Ivan solicita que, caso aprovada, retorne à câmara para, juntamente
29 com a pró-reitoria, ser corrigida. Em regime de votação: 37 votos favoráveis. Em
30 apreciação o subitem 4.3 Alteração da Resolução nº 022/2013-CONSUNI que
31 cria o curso de Bacharelado em Engenharia Civil, a ser executado no Câmpus
32 Universitário de Nova Xavantina da UNEMAT. O relator Milton inicia a relatoria



01 informando que parte do texto foi recortado da resolução de Nova Mutum.
02 Procede à leitura do parecer, apresentando as devidas alterações a serem
03 realizadas na resolução. Em regime de votação: 38 votos favoráveis. Em
04 apreciação o subitem 4.4 Regimento do Núcleo de Documentação de História
05 Escrita e Oral - NUDHEO de Tangará da Serra. O relator Milton procede à leitura
06 do parecer. Manifesta parecer favorável, condicionado às correções propostas.
07 Em regime de votação: 38 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 4.5
08 Regimento do Núcleo de Extensão em Sociedade Sustentáveis da Amazônia
09 Legal - Juara. O relator Luiz Jorge apresenta a matéria com a leitura parcial do
10 parecer. Exara parecer favorável tanto do núcleo quanto do regimento. Não
11 havendo inscritos para discussão passa-se ao regime de votação: 39 votos
12 favoráveis. Em apreciação o subitem 4.6 Regimento da Biblioteca. O relator Luiz
13 Jorge procede à leitura do parecer da câmara, considerando que a matéria já foi
14 objeto do CONEPE, passando por adequações para apreciação do CONSUNI.
15 Exara parecer favorável com destaques. A professora Vera considera que é de
16 responsabilidade dos diretores dos câmpus a alocação dos servidores para
17 atender a demanda da biblioteca. Pontua que o biblioteconomista do câmpus de
18 Tangará da Serra atende toda a demanda da universidade. O conselheiro Dirceu
19 pede esclarecimento quanto aplicação da multa, de como seria a forma de
20 regularização junto à biblioteca e da emissão do documento “nada consta”. O
21 relator pondera que a aplicação multa não tem sido eficiente, sobretudo porque
22 existem taxas para impressão de formulários de pagamento, não retornando
23 integralmente o valor para a universidade. A penalidade será a suspensão do
24 acesso do aluno ao acervo da biblioteca, entre outras medidas previstas na
25 minuta. O conselheiro Claudeir manifesta que a parte mais difícil é aceitar a
26 retirada da multa, pois ela representa a garantia da devolução do livro ou ainda
27 o recebimento do valor do livro. Considera que a suspensão ainda é o melhor
28 caminho, inclusive com a não emissão do “nada consta” para qualquer
29 eventualidade. O conselheiro Valdir sugere que seria necessário explicitar o
30 termo “serviço de informação de maneira eficiente”. O servidor Robson
31 esclarece que o termo empregado consiste nas informações referentes ao uso
32 do acervo e à questão técnica. Que este regimento foi pensado para atender as



01 | necessidades atuais. A conselheira Gislaine tece suas considerações quanto às
02 | penalidades, acredita ser inconcebível. O assessor jurídico Thiago Nascimento
03 | considera que seria ideal o conselho discutir quanto à previsão de
04 | ressarcimento, mediante um processo administrativo. Que é preciso “mexer” no
05 | bolso do infrator, pois se trata de patrimônio público. Fica esclarecido que isto
06 | consta no parágrafo 38 e seguintes. O servidor Robson descreve que a
07 | devolução é uma obrigação, independentemente da penalidade. O conselheiro
08 | Claudeir considera que a biblioteca é um lugar onde se oferece informações,
09 | não se tratando de uma mera caixa de guardar livros. Sobre as penalidades,
10 | considera desnecessária a adoção de procedimento administrativo, uma vez que
11 | a resolução imputa a devolução. O servidor Robson esclarece ainda sobre a
12 | limitação de renovação, alegando ser necessária para averiguar as condições
13 | físicas do livro. O conselheiro Gabriel destaca os artigos 18 e 19. Solicita que
14 | seja unificada a quantidade. Lembra que está previsto na normatização
15 | acadêmica o procedimento administrativo em caso de extravio do livro. A
16 | conselheira Eloisa sugere solicita esclarecimento sobre o atraso, o roubo ou
17 | furto. Que este último deve ser tratado como prevê a normatização acadêmica,
18 | havendo ainda situações de furto parciais. Pede esclarecimento quanto à
19 | doação. O relator esclarece as questões levantadas e afirma que serão revistas
20 | na redação, com os ajustes necessários. A professora Vera manifesta que
21 | sonha estar discutindo neste conselho o que seria uma biblioteca, agregando
22 | todo o conhecimento adquirido ao longo do tempo e outros pontos relevantes,
23 | mas que esta resolução proposta aqui é apenas para regulamentar a
24 | necessidade atual. Que o importante é que a biblioteca seja utilizada, que o
25 | aluno possa ler em suas dependências, que haja exposições com a produção
26 | científica da universidade. A presidente informa que, recentemente, um
27 | professor palestrou sobre Medicina e sugeriu que não seria viável comprar
28 | livros, pois estão sempre sofrendo mudanças e adequações, que é urgente
29 | informatizar. Em regime de votação: aprovado com 36 votos favoráveis,
30 | condicionado à revisão textual. A presidente retoma a sessão após pausa para
31 | refeição. Em apreciação o subitem 4.7 Regimento da Editora. A presidente
32 | atenta para a necessidade imediata da editora da UNEMAT ter um regimento,



01 | normatizando as ações provenientes dela. O relator Luiz Jorge esclarece que
02 | houve dificuldades para o acompanhamento e apreciação da matéria. Como
03 | encaminhamento, sugere a retomada das discussões sobre a matéria pela
04 | câmara juntamente com os responsáveis diretos pela editora, após as
05 | discussões aqui demandadas. Exara parecer favorável, condicionado à revisão
06 | da câmara, juntamente com as alterações propostas. A professora Maria do
07 | Socorro informa que, desde assumiu a diretoria da editora, vem buscando
08 | compreender seu funcionamento. Informando ainda que conta com
09 | representação de todas as áreas, explicando as etapas de apreciação de cada
10 | obra antes da publicação. Os regimentos de outras universidades foram
11 | consultados para construção da minuta. Muitos livros foram publicados, ainda
12 | estavam empacotados. Então foi tomada a iniciativa de distribuí-los aos câmpus.
13 | Pondera sobre a necessidade de parâmetros para publicação e maior
14 | diversidade de áreas publicadas, bem como trabalhos de outros lugares.
15 | Comunica que está sendo discutida uma coedição em parceria com a Unicamp,
16 | visando dar maior credibilidade à editora. A presidente consulta os conselheiros
17 | se é possível fazer uma leitura geral da minuta em tela: do título, objetivos,
18 | sobre a comissão do conselho editorial, dentre outros títulos apresentados,
19 | dando ênfase aos pontos relevantes. A professora Socorro aborda o assunto da
20 | comercialização dos livros. O professor Rodrigo reforça a necessidade de
21 | divulgação da instituição com logomarcas. O conselheiro Alfredo questiona, no
22 | artigo 19, se é possível no “prazo de cinco anos” a editora tornar-se auto-
23 | sustentável financeiramente. A presidente e a professora Socorro respondem
24 | afirmativamente. O professor Raul sugere que seja realizado um planejamento a
25 | curto, médio e longo prazo, a fim de ser possível avaliar anualmente as metas. A
26 | presidente esclarece que a editora não produz renda apenas com a livraria,
27 | receberá recursos. Orienta que a professora Socorro traga, após decorrido um
28 | ano, prestação de contas para ser avaliada neste conselho. O conselheiro
29 | Ronaldo questiona quanto às prioridades de publicação, sendo esclarecido pela
30 | professora Socorro. Em regime de votação: aprovado com 35 votos favoráveis.
31 | Em apreciação o subitem 4.8 Regulamento da Avaliação de Desempenho dos
32 | Docentes da UNEMAT - COPAD. A presidente destaca a relevância desta



01 regulamentação frente aos problemas enfrentados devido sua ausência. Afirma
02 que o regime é do professor e, se não possui condições de cumprir o regime
03 estabelecido, deve buscar as instâncias competentes para solicitar a redução de
04 carga horária. Critica o processo de autoavaliação, dizendo que ninguém vai
05 atribuir nota inferior à sete. É preciso proteger a carreira e resguardar o direito
06 que foi adquirido, acrescenta. Agradece a todos os membros da COPAD
07 (Comissão Permanente de Avaliação Docente) pelos trabalhos realizados e
08 reforça que é preciso regulamentar o desempenho. O relator Luiz Jorge procede
09 à leitura parcial do parecer. Manifesta-se favorável, condicionada às
10 adequações destacadas no parecer. A professora Zulema Figueiredo, após os
11 cumprimentos, apresenta suas considerações e justifica a necessidade desta
12 comissão e da readequação da primeira resolução já aprovada. Afirma que a
13 preocupação principal foi discutir a realidade, assim surgiu a necessidade desta
14 proposta em apreciação. O conselheiro Vinicius questiona quanto ao término do
15 período probatório no período de férias, sobre a questão das 30 horas em
16 gestão, sobre fazer pesquisa e extensão em três horas e meia. Quanto à
17 avaliação no colegiado de faculdade, se está previsto ou não algum
18 apontamento em ficha funcional. Considera que estes pontos devem ser
19 amarrados na resolução para que os avaliadores tenham respaldo legal para
20 avaliar. A presidente propõe que seja apresentado os destaques pela ordem dos
21 artigos propostos. O conselheiro Vinicius solicita destaque para a questão das
22 férias. A presidente questiona se trinta dias é bom, suficiente ou ruim. Passa a
23 palavra ao conselheiro Thiago, propondo que o prazo seja de 60 dias. O
24 conselheiro Ricardo lembra que o processo passa por vários trâmites, porém na
25 minuta não está claro para quem o docente deve encaminhar o processo. O
26 processo, segundo a professora Zurema, é protocolado no curso. Porém, o
27 professor Ivan diz que inicia na faculdade. O relator esclarece que, se o docente
28 atua em vários cursos, deve ser avaliado pelos cursos. O processo inicia no
29 órgão de lotação, ou seja, nas faculdades. Mas deverá ser remetido aos cursos.
30 Informa ainda que o protocolo na faculdade deve ser feito em 30 ou até 60 dias,
31 mas o enquadramento será diferente, pois será penalizado pela demora. A
32 presidente sugere revisão para se saber o caminho, o fluxo para o trâmite. O



01 | conselheiro Adil pondera que nem sempre é possível ser avaliado pelo curso,
02 | pois quem tem conhecimento claro da atuação do docente é a faculdade. O
03 | conselheiro Milton pede esclarecimento sobre a questão do probatório. Alerta
04 | que, se o docente não passar pelas três avaliações e não for considerado apto,
05 | ele não poderá ser exonerado com o procedimento administrativo. O relator
06 | sugere a inclusão no RTD esta avaliação. A professora Kelli Munhoz esclarece
07 | que atualmente a comissão aceita avaliação tanto do curso quanto da faculdade.
08 | No entanto, questiona como será a avaliação pedagógica, se a avaliação for
09 | apenas da faculdade. Questionamentos: avaliação anual e avaliação por mais
10 | de um curso/faculdade. O conselheiro Vinicius sugere que o docente seja
11 | avaliado pela faculdade onde tenha maior quantidade de disciplinas. O pró-reitor
12 | Valter Danzer lembra que está sendo decidido não menos que a vida dos
13 | docentes nesta discussão. Fala que não entrará no mérito das discussões de
14 | índices, devido ao seu olhar técnico. Algumas questões, muito além da
15 | avaliação apenas para progredir de nível, tem implicações bem maiores.
16 | Considera necessária a previsão de penalidade, pensar que a avaliação envolve
17 | o desempenho também. Como avaliar a eficácia do docente subjetivamente? O
18 | profissional precisa ser reprovado na avaliação qualitativa e quantitativa, conclui.
19 | A presidente sugere repensar esta comissão, obter mais dados para dar melhor
20 | encaminhamento sobre esta matéria. Destaca as coordenações de cursos, no
21 | papel fundamental que exercem na gestão pedagógica. A presidente propõe
22 | como encaminhamento: COPAD se mantém na comissão, a câmara, a PRAD e
23 | dois docentes membros do conselho. O professor Rodrigo manifesta dúvidas
24 | quanto à concepção das faculdades e suas obrigações. Sugere que sejam
25 | levadas em consideração as atribuições de coordenação de curso e de
26 | faculdades. O conselheiro Adil considera que não é possível apreciar a matéria
27 | nesta sessão, carecendo maiores discussões. A professora Zurema lembra que
28 | a avaliação é apenas um indicador, não abrange todas as atividades docentes.
29 | O conselheiro Ricardo manifesta que percebe um certo corporativismo e o medo
30 | de se “cortar na carne”, que é preciso ter o compromisso com a sociedade. Que
31 | seja criado um mecanismo para acompanhar o que está sendo realizado pelos
32 | professores, finaliza. O conselheiro Ronaldo questiona se a avaliação é apenas



01 pedagógica. A presidente esclarece que este formulário é avaliado pelo curso e
02 outra coisa é a avaliação institucional. O conselheiro Ivan parabeniza o trabalho
03 da COPAD. Se pergunta se os docentes vão querer gestão para receberem
04 apenas meio ponto. O coordenador de curso deve ter maior pontuação, conclui.
05 Proposta “Comissão especial: 02 membros da COPAD, 02 membros do
06 Sindicato Docente, 02 membros da PRAD, 02 membros do CONSUNI e 01
07 membro do CONEPE, que participou das discussões da RTD”. Em regime de
08 votação: proposta aprovada com 34 votos favoráveis. A presidente consulta aos
09 senhores conselheiros para prorrogar até as 18:30 horas. Proposta 1:
10 prorrogação da sessão até as 18:30 horas. Proposta 2: continuidade da sessão
11 no dia seguinte. Em regime de votação: aprovada a proposta 1 com 25 votos
12 favoráveis, 09 contrários. O vice-reitor sugere que seja iniciada amanhã a pauta,
13 sendo acatado pelos conselheiros. A presidente procede a leitura da Carta da
14 ABRUEM tratando sobre a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. “Que
15 não seja preciso a UNEMAT fazer uma carta como esta”. Aos nove dias do mês
16 de novembro de dois mil e dezesseis, no mesmo local, a partir das oito horas,
17 após a contabilização de quórum, a presidente declara reiniciada a sessão.
18 Cumprimenta a todos os profissionais pela aprovação de projetos na FAPEMAT.
19 A presidente enaltece a modalidade parcelada do câmpus de Luciara com seus
20 núcleos, parabeniza a atuação dos professores Luiz Antônio e Flávio Teles,
21 carecendo uma solução para que o câmpus tenha representatividade nos
22 conselhos. O professor Luiz Antônio apresenta um vídeo feito com o bispo
23 Pedro Casaldágua falando sobre educação e do papel da UNEMAT e do
24 Programa Parceladas no Médio Araguaia. O professor Luiz Antonio relembra as
25 discussões da interiorização do ensino superior e apresenta um histórico do
26 Câmpus do Médio Araguaia, criado em 1991, para atender a demanda da região
27 com a modalidade de Parceladas, com oferta não-contínua. Quanto ao
28 calendário, informa que é organizado juntamente com a rede estadual e
29 municipal de educação para garantir a participação dos acadêmicos, pois
30 naquela região a UNEMAT foi pensada juntamente com a educação básica.
31 Prossegue apresentando os cursos realizados desde a criação até a atualidade,
32 esclarecendo que no início eram mantidos apenas com recursos externos e,



01 somente a partir de 2011, passa a ter investimento da UNEMAT. Salienta que
02 não se trata de crescimento, com oferta de novos cursos. Apenas alterando as
03 áreas de formação para atender a demanda da região. Destaca ainda educação
04 inclusiva, com a formação de profissionais do campo e das diversas
05 comunidades da região. Explica como acontecerá o uso de laboratório para o
06 curso de Zootecnia, esclarecendo que serão utilizados os laboratórios de
07 parceiros da região, onde também serão desenvolvidas as aulas de campo. A
08 presidente passa a palavra ao relator Tales, após colocar em apreciação do item
09 2. Câmara Setorial de Orçamento e Patrimônio, subitem 2.2 Curso de
10 Licenciatura em Filosofia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia. O
11 relator apresenta o projeto e planilhas com o valor estimado para o curso de
12 filosofia, reforçando a disponibilidade de recursos da universidade para a
13 realização do curso e ainda lembra que prevê reoferta de curso e fundo de
14 reserva. Exara parecer favorável. Em regime de votação: aprovado com 34
15 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 2.1 Curso de Licenciatura em
16 Sociologia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia. O relator esclarece
17 sobre o curso de sociologia, que da mesma forma se encaixam nos valores de
18 reserva para a realização dos cursos. O conselheiro Luiz Jorge questiona
19 quanto aos recursos previstos, se já não estão comprometidos com outras
20 despesas. O pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação informa
21 que existe um valor estimativo alocado no PPA da universidade, que foi
22 conquistado uma folga orçamentária para as modalidades diferenciadas. O vice-
23 reitor lembra que não são novos cursos e sim o início de outros cursos para
24 suprir os concluídos recentemente. A presidente lembra que não temos
25 recursos, mas não se tem como não ofertar cursos por conta de cortes do
26 Estado. Se não for feito assim o câmpus de Luciara será “morto”, conclui. O
27 conselheiro Marion lembra que a UNEMAT só sobreviveu a todos os ataques
28 por estar espalhada em todo o estado de Mato Grosso. Que a universidade
29 estadual do Rio Grande do Norte está sendo privatizada, isto é um retrocesso.
30 Assim é preciso ocuparmos para não naufragar, conclui. O conselheiro Claudinei
31 demonstra preocupação em relação à execução dos recursos da universidade
32 através da FAESPE. O pró-reitor de Extensão e Cultura Alexandre Porto informa



01 | que os conselhos da FAESPE aprovaram os pagamentos via bolsas, o mesmo
02 | modelo praticado na UAB. A professora Vera considera a viabilidade da
03 | proposta e acrescenta ainda que em Luciara os eventos realizados envolvem
04 | toda a sociedade, marcam presença e defendem a universidade na região.
05 | Exemplo disso é o vídeo apresentado aqui, argumenta. O conselheiro Luiz Jorge
06 | pondera que nem sempre a sociedade defende as políticas que a universidade
07 | defende. Que a universidade não tem conseguido fazer que a sociedade
08 | enxergue que é preciso defender as políticas sociais. A presidente pede licença
09 | aos senhores conselheiros para participar da abertura de um evento com retorno
10 | breve para a sessão. O conselheiro Luiz Jorge continua a fala. Defende as
11 | mobilizações sociais em defesa da UNEMAT e alega que precisamos ser mais
12 | vistos e escutar um pouco mais. Que estamos num ano difícil, mas é preciso
13 | resgatar a influência histórica do câmpus na região. O professor Luiz Antonio
14 | lembra que a proposta inicial era discutir em bloco, porque ficaria complicado
15 | aprovar um curso e deixar outro para depois, uma vez que no câmpus de
16 | Luciara os cursos são realizados de quatro em quatro anos. O conselheiro
17 | Alfredo opina que se está dentro do planejamento tudo bem, mas é preciso se
18 | pensar em pós-graduação. A proposta é repensar Luciara com pós-graduação e
19 | com a extensão. A presidente informa existem muitos alunos que já foram
20 | formados pelos programas da universidade, que o TCC lá envolve pesquisa e os
21 | trabalhos são apresentados para a sociedade. Quanto à extensão, existem
22 | muitas ações desenvolvidas lá, reforça. O conselheiro Luiz Pascuali considera
23 | que está na hora de se repensar a estrutura da universidade. Que é preciso
24 | ocupar o estado com cursos com modalidades diferenciadas, as turmas fora de
25 | sede e outras. A professora Kelli esclarece que com o pagamento meio de bolsa
26 | haverá maior incentivo para melhorar a qualidade dos profissionais que
27 | ministram aulas nas modalidades diferenciadas e beneficiará as políticas de
28 | extensão e de pesquisa. O conselheiro Claudeir considera que não há uma
29 | política pré-definida, sendo necessária ser discutida apenas no CONEPE, uma
30 | vez que existe um orçamento pré-definido destinado ao câmpus. A presidente
31 | concorda com o conselheiro, todavia lembra que essa questão esbarra no
32 | regimento e que será resolvido quando for definido um orçamento para o



01 | câmpus. A professora Vera manifesta que é um problema nacional a migração
02 | da universidade pública para a particular. Dessa forma, considera que o
03 | vestibular deve ser reformulado, voltado para a realidade de Mato Grosso. Cita a
04 | criação da FAMMA (Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia) como
05 | estratégia de fortalecimento das modalidades diferenciadas. O conselheiro Tales
06 | propõe votação em bloco dos itens 2.1, 2.3 e 2.4. Em regime de votação:
07 | aprovada com 34 votos favoráveis e 01 voto contrário. Em apreciação os
08 | subitens 2.3 Curso de Licenciatura em Física – Faculdade Multidisciplinar do
09 | Médio Araguaia e 2.4 Curso de Bacharelado em Zootecnia – Faculdade
10 | Multidisciplinar do Médio Araguaia. O relator Tales apresenta que a análise foi
11 | idêntica à dos demais cursos, exarando parecer favorável à abertura dos cursos.
12 | Contagem de *quorum*: 38 conselheiros presentes. Em regime de votação:
13 | aprovados os subitens 2.1, 2.3 e 2.4 com 36 votos favoráveis e 02 abstenções.
14 | Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Jorge: “Em razão da
15 | votação ter ocorrido em bloco para os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 o conselheiro se
16 | abstém em razão de ser contrário às condições de oferta do curso bacharelado
17 | em zootecnia”, e do conselheiro Valdir: “2.4 Zootecnia, não me senti esclarecido
18 | o suficiente para votar e por ser em bloco impedindo o debate mais aprofundado
19 | do referido curso”. A presidente passa a palavra ao pró-reitor de Planejamento e
20 | Tecnologia da Informação. Esclarece que foi elaborado um sistema para atender
21 | a resolução aprovada pelo CONEPE para controle de atividades docentes. O
22 | servidor Paulo Dambros inicia a apresentação do sistema informando que existe
23 | um link da resolução citada. Detalha o preenchimento das tabelas, mostrando o
24 | limite de carga horária, não aceitando preenchimento com outras informações. A
25 | presidente informa sobre o sistema que é para controlar e registrar as atividades
26 | dos docentes em 20, 30 e dedicação exclusiva. O conselheiro Luiz Jorge sugere
27 | que as informações sejam exibidas em letras maiores. Em seguida, a Assessora
28 | de Comunicação fala sobre o trabalho realizado e informa que o vídeo foi
29 | premiado em um concurso de nível nacional. Destaca ainda da organização da
30 | Revista das Profissões. O pró-reitor de Gestão Financeira que aborda a decisão
31 | de não prejudicar nenhuma ação da universidade, a partir de decreto do Estado.
32 | Relata a proposta de fechamento do exercício de 2016 junto ao governo



01 estadual, considerado dentro da normalidade. Que execução do Congresso
02 Universitário deverá acontecer sem prejuízos. A presidente parabeniza a
03 professora Marinez e professor Porto pela aprovação do projeto na FAPEMAT.
04 Em apreciação o subitem 2.5 Curso de Bacharelado em Agronomia – Turma
05 Fora de Sede - Município de Marcelândia. O relator Adil apresenta a síntese do
06 processo, tece seus esclarecimentos e fundamentação legal, exarando parecer
07 favorável à abertura do curso. O relator para procede também com a relatoria do
08 subitem 2.6 Curso de Bacharelado em Direito - Turma Fora de Sede - Município
09 de Marcelândia, esclarece os tramites processuais, informa que foi realizada
10 uma análise quanto à questão financeira orçamentária e manifesta parecer
11 favorável à abertura do curso. O professor Luiz Fernando apresenta um histórico
12 do município de Marcelândia, ressalta a ausência de instituições públicas de
13 ensino superior e que a implantação visa atender demanda da região. Contagem
14 de *quorum*: 36 conselheiros presentes. Em regime de votação a abertura dos
15 cursos em Marcelândia: aprovados com 35 votos favoráveis e 01 abstenção.
16 Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Jorge: “Abstenção em
17 razão de votação em bloco envolvendo os dois cursos (Agronomia e Direito),
18 quando ao conselheiro compreende e defende a votação em separado, de cada
19 um”. Em apreciação o subitem 2.8 Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas
20 - Câmpus de Colíder. O relator apresenta síntese do relatório, aborda a nova
21 reformulação da modalidade a ser ofertada no câmpus de Colíder. Trata sobre
22 os trâmites processuais, com os respectivos pareceres e atesta disponibilidade
23 financeira para a realização do curso. O conselheiro Tales esclarece que não
24 foram ofertadas turmas em vestibulares aos cursos do câmpus por dois
25 semestres, gerando uma economia financeira que cobre o curso proposto. Dos
26 cursos propostos, optou-se pelo curso de Ciências Biológicas a partir de
27 discussões e interesse da região. Relata que o curso passou pelo CONEPE e
28 por uma análise *ad hoc*, sendo reescrito, para atender algumas especificidades.
29 O conselheiro Claudeir lembra que o câmpus já ficou sem um curso e que
30 poderia abrir nova turma, além da possibilidade de remanejamento de geografia
31 para Sinop. Pondera que é preciso criar uma política para definir quantos cursos
32 de turmas especiais podem ser ofertadas pelo câmpus. A presidente se



01 | compromete a trazer para o conselho uma discussão neste sentido. O
02 | conselheiro Raul manifesta preocupação com a questão de gastos resultantes
03 | de abertura de curso. Questiona os pareceres por *ad referendum* e se a
04 | população realmente quer o curso de biologia. Deve haver uma política da
05 | universidade neste sentido, conclui. A presidente informa que isto deve ser
06 | pensado não só na graduação mas também na pós-graduação. O conselheiro
07 | Tales defende que os pareceres *ad referendum* foram necessários devido à
08 | greve e que foram promovidas discussões com a comunidade e as prefeituras.
09 | O conselheiro Marion manifesta que é necessária a realização de estudo para a
10 | escolha do curso a ser ofertado. Sugere uma comissão para aprofundar as
11 | discussões. O professor Luiz Antônio parabeniza o câmpus de Colíder pelo
12 | esforço para reorganizar o câmpus e afirma que esta proposta pode servir para
13 | outros câmpus. O professor Francisco reforça que esta discussão já apareceu
14 | no Planejamento Estratégico e está sendo pensada pela gestão. Contagem de
15 | *quorum*: 31 conselheiros. Em regime de votação: com 31 votos favoráveis. A
16 | presidente tece considerações sobre as questões levantadas pelos
17 | conselheiros, acrescenta que muitas coisas poder ser alteradas, como por
18 | exemplo, de se concluir um curso em menor tempo. “Descontinuar é difícil,
19 | continuar é fácil”, reflete. São muitos desafios a serem superados e uma
20 | comissão será constituída para dialogar com a sociedade e discutir
21 | possibilidades de expansão. O conselheiro Marion profere a leitura da Moção
22 | contra a PEC 55 (ex-PEC 241) e a MP 746. Após apreciação, é complementada
23 | com contribuições dos demais conselheiros. Em regime de votação: aprovada
24 | com 25 votos favoráveis. O conselheiro Ronaldo lê uma nota de repúdio de
25 | acadêmicos do câmpus de Colíder. A presidente orienta que sejam tomadas as
26 | devidas providências junto ao diretor do câmpus e o pró-reitor de Assuntos
27 | Estudantis. 3. Resultado das Comissões Temporárias: 3.1 Critérios de
28 | distribuição de recursos da Administração Central para os Câmpus
29 | Universitários. O relator Anderson apresenta uma síntese do relatório, fazendo
30 | uma explanação geral quanto à distribuição de recursos e descentralização de
31 | ações para o câmpus. O relator tem como encaminhamento a junção das
32 | comissões de repasse e a de CNPJ para cada câmpus. A presidente solicita que



01 seja dado um desfecho, ainda que posteriormente sofra alterações necessárias.
02 O professor Francisco pondera que a criação do CNPJ depende de uma
03 alteração estatutária, a questão é “os direitos e deveres”, as limitações de
04 profissionais para desenvolver determinadas atividades. A pergunta é: enquanto
05 entidade jurídica o que se pode fazer circunscrito ao câmpus? Assim, solicita um
06 pouco mais de tempo para ter maiores discussões, para futuras orientações e
07 encaminhamentos. A presidente reforça que é necessária a execução e a
08 descentralização de muitas ações para os câmpus. O conselheiro Alexandre
09 Faleiro questiona se serão descentralizadas todas as atividades desenvolvidas,
10 sendo esclarecido pelo pró-reitor Francisco Lledo. O conselheiro Milton
11 complementa que acompanhou as contas da universidade por algum tempo e
12 que, grande parte dos apontamentos que a reitoria recebeu, são demandas
13 geradas nos câmpus. Então é preciso se pensar muito sobre a descentralização,
14 é muito complexa, profunda, a responsabilidade é muito grande. O conselheiro
15 Adil parabeniza o papel da comissão e afirma que não pode encaminhar algo
16 pendente de melhor análise. O conselheiro Milton considera que, se um câmpus
17 fica comprometido, todos os demais sofrem com isto. O Assessor Jurídico
18 acrescenta que o modelo centralizador é ultrapassado, que a descentralização
19 participativa gerará mais eficiência e que os câmpus precisam ter maior
20 autonomia para gerir suas peculiaridades. Pondera que enviar todas as
21 demandas para a gestão central acaba prejudicando a universidade. O
22 conselheiro Pascuali não conseguiu entender essa junção, considerando que
23 existe um valor de repasse determinado pela quantidade de cursos no câmpus.
24 O conselheiro Dirceu considera que essas questões precisam se discutidas nos
25 câmpus. Que outros órgãos possuem Ata de Aquisição própria e questiona por
26 que a universidade não. O vice-reitor afirma que a universidade não tem
27 autonomia para possuir Ata. O conselheiro Milton argumenta que o artigo 207 da
28 Constituição garante essa autonomia e que é preciso fazer valer. O Assessor
29 Jurídico esclarece que emitiu parecer contrário ao decreto do Estado que proíbe
30 que a instituição possa fazer sua ata, argumentando pela inconstitucionalidade
31 do decreto. A presidente lembra que, se ocorre algum problema local de gestão,
32 tudo recai sobre a reitoria. Nesse sentido, talvez a solução esteja na



01 descentralização do CNPJ. Considera que é preciso regulamentar essa
02 situação. Comunica que haverá uma reunião com todos os diretores para
03 apresentar o planejamento ao governador; que está sendo feito um estudo na
04 sede para melhorar a execução. Pondera que é necessário considerar as
05 alternativas dos câmpus, pois a Sede Administrativa não possui todas as
06 soluções. Proposta: junção e recomposição das comissões. Em regime de
07 votação: aprovada com 35 votos favoráveis e 01 abstenção. Registra-se a
08 justificativa de voto do conselheiro Luiz Pascuali: “Não esclarecido da
09 necessidade de junção das comissões de CNPJ e Repasses”. Em apreciação o
10 subitem 3.2 Estudo e reorganização dos cursos do Câmpus do Vale do Teles
11 Pires em Colíder: Curso de Geografia. O relator Vinícius apresenta uma síntese
12 do relatório final do curso de Geografia, apresentando um histórico do curso e os
13 encaminhamentos para a reorganização que visa resolver a questão da baixa
14 demanda. A professora Judite apresenta o estudo de demanda a partir da
15 localidade e da região, utilizando a metodologia adotada pelo IBGE, a fim de
16 analisar o interesse pelo curso. Informa que sete cursos do câmpus de Sinop
17 possuem correlação com o curso de Geografia. O relator solicita que seja
18 apreciada por este conselho a migração do curso de geografia de Colíder para o
19 Câmpus de Sinop. A professora Kelli, membro da comissão do câmpus de Sinop
20 que analisou a migração do curso de Geografia, ressalta a importância do curso
21 para o câmpus, possuindo este as devidas condições para abrigar o curso, seja
22 com infraestrutura ou ainda com a interação entre áreas de conhecimento e o
23 fortalecimento da pós-graduação. O conselheiro Raul apresenta consideração
24 do ponto de vista econômico, transferindo o curso para o sul do Estado.
25 Considera que a função do professor futuramente será extinta devido ao avanço
26 da tecnologia. O conselheiro Marion revela um conceito que o professor Straub
27 trabalhou em seu estudo. Apresenta um mapa de Mato Grosso com a
28 construção da rede de conexões da UNEMAT. Frisa que a comissão de Colíder
29 apresentou a proposta ao câmpus de Sinop e que foi aceita pensando na
30 instituição como um todo e não apenas pelo interesse financeiro, conclui. O
31 conselheiro Luiz Jorge pensa que a migração do curso de geografia para Sinop
32 não solucionará o problema. Argumenta que essa ação fortalecerá o câmpus de



01 Sinop em detrimento dos câmpus considerados pequenos. Proposta do
02 conselheiro Luiz Jorge: “Pela não transferência do curso do câmpus de Colíder
03 para o Câmpus de Sinop. Que seja concluído o curso de geografia, encerrada a
04 oferta em Colíder na modalidade de oferta contínua e que os professores
05 efetivos de geografia sejam disponibilizados para remoção para outros câmpus
06 (Cáceres, por exemplo) e os remanescentes que sejam lotados na faculdade
07 multidisciplinar, para ofertas de cursos em modalidades diferenciadas e pós-
08 graduação”. O conselheiro Tales esclarece que desde o início da baixa
09 demanda houve uma grande mobilização para mudar o cenário, bem como
10 estudos de viabilidade como remoção ou extinção do curso. O conselheiro e
11 técnico Jeferson lembra que já está ocorrendo a transferência de técnicos de
12 Colíder para outros câmpus. O professor Ivan do curso de Geografia afirma que
13 este momento é muito rico, e que participar da gestão é de extrema relevância
14 para os rumos da instituição. O professor Anderson Amaral salienta que já
15 compôs vários conselhos e ainda não tinha visto uma discussão tão rica como
16 esta. Pensa que é preciso se pensar em uma solução global e que não se deve
17 estimular a predação dos câmpus menores pelos maiores. A presidente nega
18 que alguma predação está sendo estimulada. O conselheiro Adil considera que
19 é preciso reinventar e encontrar caminhos possíveis. O câmpus de Sinop não
20 provocou Colíder, uma vez que aconteceu toda uma discussão naquele câmpus,
21 sendo indicado o câmpus de Sinop. Não se pretende criar barreiras e sim
22 construir soluções, finaliza. O professor Anderson defende que não se referiu
23 especificamente ao câmpus de Sinop. O conselheiro Luiz Antonio agradece ao
24 conselho a aprovação dos cursos do Médio Araguaia. Propõe que seja discutida
25 a previsão de oferta de cursos em cada câmpus. O professor Vinícius reforça
26 que a proposta atual foi feita após muitas discussões e que se sente ofendido
27 com algumas falas, devido à disputa de poder. Salienta que quando o curso foi
28 criado, nenhum professor queria sair de lá, mas foram levados a repensar
29 mediante a situação. Que as soluções pensadas estão no relatório e que este
30 conselho respeite as decisões dos professores de Geografia. O conselheiro
31 Ronaldo parabeniza a fala do professor Anderson e pensa que esta não seja a
32 melhor solução para o curso. Argumenta que não são todos os acadêmicos que



01 concordam com a migração do curso de Geografia. Pensa que conflito entre
02 câmpus podem ser gerados com a migração de cursos com baixa demanda de
03 um câmpus para outro. O conselheiro Tales declara que o discente, membro da
04 comissão, não assinou o relatório, não participou das discussões e nunca
05 manifestou a opinião que acabara de proferir. O conselheiro Ronaldo reforça
06 que os acadêmicos não concordam com a extinção do curso e que as únicas
07 opções que deram foi extinção ou migração para Cáceres. Dessa forma, os
08 acadêmicos optaram por permanecer na região. O conselheiro Luiz Pascuali
09 manifesta que está se sentindo angustiado, pois ainda era membro do CONEPE
10 quando se discutia curso com baixa demanda. Pensa que fechar curso não seria
11 a alternativa e afirma que é preciso se reestruturar para atender a nova
12 demanda. O conselheiro Clebes se sente privilegiado por estar participando
13 destas discussões. Acrescenta que foi proposto para o câmpus fazer a análise
14 técnica e que Sinop apresentou os melhores requisitos para abrigar o curso de
15 Geografia. A professora Vera informa que, quando foi ao câmpus no ano
16 passado, o professor Vinícius já tinha um estudo sobre a problemática. Cita três
17 documentos: a Conferência Mundial para Ensino Superior de 2000; o livro “Os
18 sete saberes necessários à educação do futuro”, de Edgar Morin; e o livro “A
19 universidade do terceiro milênio”. Ressalta a necessidade de investimento no
20 Congresso Universitário e discutir o que é melhor para a universidade e para a
21 sociedade. Que é preciso se comunicar com a sociedade e espera que com o
22 Congresso Universitário seja possível discutir e, a partir do Planejamento
23 Estratégico, encontrar alternativas. O conselheiro Alfredo considera que, quando
24 se discutir e saber qual a função de cada câmpus, será possível apresentar uma
25 proposta inovadora que solucione os problemas. O conselheiro Marion afirma
26 que defender a fragmentação é colocar o emprego em risco. O técnico Darlan
27 Guimarães manifesta que não acredita que os profissionais do câmpus de
28 Colíder não fizeram nada para solucionar os problemas. Segundo ele, esses
29 problemas chegaram porque todas as decisões deste conselho foram pautadas
30 por interesses políticos, relegando a importância do curso para a região e sua
31 contribuição para a pós-graduação. A presidente lembra que quando o professor
32 Maldonado criou os câmpus tomou “tinta” e não deseja olhar para trás e dizer



01 | que quem criou curso era louco. A presidente não se arrepende em ter aberto a
02 | “caixa de Pandora”, o que for preciso deverá ser feito. É preciso pensar e
03 | encontrar uma solução. O que não pode é ficar esperando o Ministério Público
04 | intervir, finaliza. Proposta 01: Migração do curso de geografia do câmpus de
05 | Colíder para o câmpus de Sinop. Proposta 02: Extinção do Curso, com remoção
06 | dos professores para o câmpus de Cáceres ou faculdade multidisciplinar. O
07 | conselheiro Adil propõe a votação da proposta 02. O conselheiro Marion, como
08 | questão de encaminhamento, solicita que seja colocado em votação a proposta
09 | 01. Em regime de votação: **Proposta 01 obtém 31 votos; Proposta 02 obtém 04**
10 | **votos.** Aprovada a migração do curso de Geografia do câmpus de Colíder para
11 | Sinop. Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, no mesmo
12 | local, a partir das oito horas, após a contabilização de *quorum* e os
13 | cumprimentos, a presidente declara aberta a sessão, dando continuidade à
14 | apreciação dos pontos de pauta. A presidente apresenta os componentes da
15 | comissão da ABEAS que estão presentes, em uma parceria entre a associação
16 | e a universidade, com ênfase nas ciências agrárias. O professor Anderson
17 | Amaral ressalta que é preciso se aproximar dos demais cursos do país, a fim de
18 | aprimorar conhecimentos e tecnologias. O professor Helmat, ex-reitor da UFMT,
19 | relembra o início e as lutas para consolidação da UNEMAT e explica que hoje
20 | traz o presidente e o diretor da ABEAS, elencando as atividades desenvolvidas
21 | pela associação em prol do ensino superior. O presidente Juliati, após os
22 | cumprimentos, afirma também fazer parte de uma instituição multicâmpus, faz
23 | considerações sobre a estada em Cáceres e trata de eventos a serem
24 | realizados e das discussões que visam a melhoria da qualidade de ensino.
25 | Informa que recentemente participou do Fórum Mundial, ocorrido na África do
26 | Sul, e que a discussão é uma só: adequar o currículo para garantir a
27 | empregabilidade e o desenvolvimento. Reforça que esta preocupação é de
28 | âmbito mundial. O diretor financeiro da ABEAS agradece a oportunidade de
29 | estar presente e espera que se tenha um bom dia de trabalho. A presidente
30 | retoma a palavra e lembra que já iniciou as discussões entre as áreas para que
31 | se pense o que fazer para melhorar a geração de emprego e renda. Agradece a
32 | presença e deseja que tenham um bom dia de trabalho. A presidente propõe a



01 inversão de pauta para o item 5. Em regime de votação: aprovada com 35 votos
02 favoráveis e 04 abstenções. Em apreciação o item 5. Câmara Setorial de
03 Desenvolvimento Institucional, subitem 5.1. Planejamento Estratégico
04 Participativo. O servidor Júlio de Lara apresenta o fluxograma de funcionamento
05 do Planejamento Estratégico Participativo, esclarecendo quanto aos grupos de
06 trabalho, as etapas e os resultados alcançados, pilares estratégicos,
07 detalhamento das ações estratégicas de cada órgãos/unidade a serem feitas até
08 o próximo ano, considerações e encaminhamentos. O pró-reitor de
09 Planejamento e Tecnologia da Informação esclarece que o início do PEP
10 demandou um confronto entre as técnicas administrativas e diretrizes
11 universitárias, chegando ao entendimento que era preciso ser participativo,
12 começando com palestras sobre planejamento, realização de trabalho com uma
13 consultoria externa. Assim, foi construído a partir de discussões democráticas e
14 participativas. É preciso que o PDI parta deste Planejamento Estratégico. A
15 proposta é que os câmpus construam seus planejamentos e que o PDI seja
16 sistematizado para que haja controle, monitoramento e avaliação contínua. E
17 assim, está se pensando em implantar isto na universidade para
18 acompanhamento de todos, conclui. A presidente reforça que Planejamento
19 Estratégico Participativo precisa ter o acompanhamento e avaliação. Se o PDI
20 para cinco anos já está complicado, imagine PEP para 10 anos, avalia. Informa
21 sobre a metodologia utilizada para sistematização dos objetivos e anseios da
22 comunidade acadêmica. Informa que irá constituir um comitê de
23 acompanhamento e avaliação do planejamento. Atualmente se sabe o que é
24 prioridade de cada câmpus, assim, agregar o PEP e a comissão de Repasse
25 poderá contribuir muito mais para o desenvolvimento de cada câmpus.
26 Considera que este documento deve ser visitado a cada ano para verificação, se
27 está sendo cumprido e os resultados alcançados. O relator professor Anderson
28 Miranda apresenta uma síntese do relatório, destaca o alinhamento da
29 autoavaliação institucional e do PEP, compila informações e faz o cruzamento
30 entre elas. Ressalta que a construção provém dos câmpus e que, após
31 sistematização, retorna aos câmpus para execução. Exara parecer favorável à
32 homologação do Planejamento Estratégico Participativo. O conselheiro Ricardo



01 | relembra o início dos trabalhos e dos esforços e discussões demandas para a
02 | construção do Planejamento Participativo, que agora retorna para o câmpus
03 | para ser construído o PEP do câmpus, então pede ajuda para compreender
04 | como fazer após a construção deste PEP macro da instituição. O servidor Júlio
05 | informa que, basicamente, é alinhar o geral com o do câmpus. O conselheiro
06 | Raul lembra que o planejamento é contínuo e que deve ter influência de
07 | entidades externas para as discussões durante a sua construção ou ainda no
08 | período de execução. O planejamento é permanente e que deve ser revisado
09 | todo o tempo. Sugere que se tenha um técnico especialista em planejamento
10 | estratégico no corpo da equipe para que acompanhe todas as ações. A
11 | presidente esclarece que não há um técnico especialista, porém o servidor Júlio
12 | irá acompanhar e disponibilizar este documento, a fim de que todos tenham
13 | conhecimento. O conselheiro Milton parabeniza a equipe pelo trabalho, que
14 | considera bem elaborado e construído, porém ao consultar nos portais dos
15 | tribunais constatou um documento orientando que a UNEMAT tenha
16 | planejamento, orientando que a controladoria interna da instituição tenha um
17 | técnico em cada câmpus para se acompanhamento. Considera que não há
18 | autonomia orçamentária, pois não se tem domínio da máquina arrecadadora. A
19 | presidente concorda com as palavras do conselheiro. O conselheiro Adil
20 | manifesta a opinião que este conselho é um dos melhores que já se teve na
21 | universidade. Sugere a existência de um local, um *link*, onde a comunidade
22 | externa possa fazer sugestões. A presidente esclarece que durante a
23 | construção do PEP foi disponibilizado para consulta pública. Em regime de
24 | votação: aprovado com 28 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 3.4
25 | Reestruturação das minutas do Programa de Assistência Estudantil - PAE,
26 | Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Evento. O relator Anderson
27 | Amaral relembra que todas as minutas foram revistas, como deliberado no
28 | conselho anterior, sendo constituída uma comissão e que todos os destaques
29 | foram atendidos nesta nova minuta, exceto alguns pontos que restaram para ser
30 | discutidos e deliberados. Relata sobre o PAE e suas alterações. O conselheiro
31 | Luiz Pascuali informa que foi constituída uma comissão e, como não houve
32 | reunião, foram mandadas sugestões e elas não constam na minuta. O professor



01 Anderson pede que sejam feitas as contribuições para serem acrescidas. O
02 conselheiro Rogério considera desnecessário colocar “competições esportivas”,
03 pois não existe em nenhum outro lugar. Que seja colocado após “culturais” no
04 próprio artigo, sugere. O conselheiro Ivan entende que o preenchimento do
05 formulário deveria ser feito em cada câmpus e não on line. A presidente
06 demonstra preocupação quanto aos casos de participação de estudantes que
07 não precisam do auxílio. O professor Anderson propõe que o questionário seja
08 reformulado, mais explicativo e com condições de fazer um filtro dentro do perfil
09 necessário. O conselheiro Ivan esclarece que não seria necessário abandonar o
10 formulário *on line*, mas que a seleção aconteça no câmpus, em um setor de
11 bolsas e auxílios. O professor Anderson relembra que foi discutido que a banca
12 deve interferir na seleção e isto será definido nos editais. A conselheira Eloisa
13 solicita que seja disponibilizado on line todos os formulários para o câmpus fazer
14 uma prévia. A conselheira Cleci questiona quanto ao número de eventos, que
15 não consta na minuta e quanto à fiscalização. O conselheiro Ronaldo faz suas
16 considerações quanto aos auxílios e procede à leitura de uma carta com
17 questionamentos sobre as bolsas e o desligamento de auxílios. Manifesta que é
18 o momento de convidar as frentes representativas para profundas discussões.
19 Como proposta, acrescenta que sejam concedidos auxílio e bolsa extensão. A
20 conselheira Eveline discorda quanto ao número de créditos como fator
21 discriminante, pois o que se espera é que se garanta a todos a permanência até
22 ao final do curso. Propõe 12 créditos. A presidente encaminha o ajuste sugerido
23 pelo conselheiro Rogério. Em regime de votação: aprovada com 30 votos
24 favoráveis e 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro
25 Gabriel: “Abstenção por desconforto em apreciar o item”. Proposta de criação do
26 Auxílio Transporte: aprovada com 30 votos favoráveis e 03 abstenções.
27 Registra-se a justificativa de voto da conselheira Marinez: “Faltou a pergunta,
28 esclarecimentos, não me senti esclarecida o suficiente para votar”; do
29 conselheiro Alexandre: “Justifico minha abstenção quanto ao vale-transporte por
30 dois motivos: 1. isonomia: o direito de ir e vir é para todos, logo, se houver um
31 vale-transporte ou auxílio transporte, que seja para todos; 2. não é possível, em
32 minha opinião, votar sem ter nenhum parâmetro sobre o impacto financeiro que



01 | isso trará”; do conselheiro Tales: “Abstenção do voto por não ter sido
02 | apresentado até o momento como será feito o auxílio transporte”. Conselheiro
03 | Ronaldo propõe: acúmulo de auxílios mais uma bolsa. O conselheiro Ivan
04 | solicita qual o valor do auxílio transporte, sendo informado que ainda será
05 | regulamentado. O vice-reitor argumenta que a universidade tem recursos
06 | contingenciados e que, com essa proposta, seriam atendidos um número menor
07 | de pessoas. O conselheiro Ronaldo protesta que com apenas R\$ 430,00 o aluno
08 | não consegue se sustentar. O conselheiro Valdir pondera que não é necessário
09 | privar os discentes do direito de possuírem uma bolsa de financiadores
10 | externos. O conselheiro Claudeir concorda com as falas e propõe: auxílios e
11 | uma bolsa externa. O conselheiro Marion considera necessário resguardar a
12 | permanência dos acadêmicos e ampliar o apoio com novas políticas. O pró-
13 | reitor de Assuntos Estudantis informa que durante o ERAU (Encontro de
14 | Representantes Acadêmicos) foi solicitado aos acadêmicos a inscrição para
15 | participar da construção do plano de assistência estudantil e que houveram
16 | pouquíssimos inscritos. O conselheiro Luiz Pascuali sugere que seja
17 | considerado o mérito de um acadêmico aplicado, a fim de garantir a sua
18 | permanência. A presidente manifesta que é preciso se pensar muito sobre isto,
19 | pois antes não se tinha, atualmente tem e precisa ser melhorado. O conselheiro
20 | Luiz manifesta que é preciso se garantir a permanência por um período e não
21 | apenas nos primeiros semestres. A conselheira Marinez esclarece que auxílio
22 | moradia era gerido pelos alunos, então é preciso refletir sobre isso. A
23 | conselheira Cleci pensa que seria interessante construir casas para estudantes.
24 | A professora Kelli pondera sobre a limitação orçamentária. A conselheira Keila
25 | argumenta que é inútil aumentar o benefício sem resolver a questão do controle,
26 | uma vez que muitos alunos não sabem nem como preencher os formulários. A
27 | presidente considera que: uma coisa é investir em alguém para render e outra
28 | para garantir permanência. Propõe a retirada da pauta, para amadurecimento da
29 | matéria. O professor Anderson discorda. Alega que esta minuta vem pela
30 | segunda vez ao conselho, sendo necessário finalizar estas discussões. O
31 | conselheiro Luiz Pascuali reforça que não houve reunião para discutir o que foi
32 | proposto. O conselheiro Dirceu afirma que apenas enviar as contribuições não é



01 a solução, sendo preciso estar presente junto às discussões. O conselheiro
02 Marion considera que não há mais como protelar isso, a realidade urge por essa
03 resolução. A presidente esclarece que voltar duas vezes para apreciação não é
04 uma preocupação, pior seria não discutir e votar assim mesmo. Pensa que uma
05 reunião presencial é urgente. O vice-reitor informa que existe resolução vigente
06 e o que se espera é melhorar a existente. O professor Anderson lembra que a
07 resolução vigente não prevê alguns pontos, que precisam ser regulamentados.
08 A presidente consulta os conselheiros. Propõe retirada de pauta com
09 recomposição da comissão. Em regime de votação: 34 votos favoráveis e 03
10 votos contrários. Em apreciação o subitem 3.3. Estudo e reorganização dos
11 cursos do Câmpus de Alto Araguaia: Curso de Jornalismo. A professora Antônia
12 inicia sua fala dizendo que o curso de Jornalismo não é do câmpus de Alto
13 Araguaia e sim da universidade. E assim a universidade pode decidir para onde
14 levar o curso. Que os professores fizeram concurso para o curso de Jornalismo
15 e que na posse havia a preocupação que o câmpus fosse fechado e transferido
16 para Rondonópolis. Que não consta com uma boa estrutura para o curso, com
17 grandes limitações e dificuldades para realização de estágio. Tece outras
18 considerações quanto ao histórico das discussões do curso para resolver estas
19 questões e a de baixa demanda. Que em reunião ficou decidido entre os docentes
20 que não há possibilidade do curso permanecer em Alto Araguaia e o câmpus
21 mais propício a receber o curso é o câmpus de Tangará da Serra. Que houve
22 uma reunião com a reitoria sobre a proposta e também o interesse do câmpus
23 de Tangará da Serra, sendo realizado um estudo de demanda. O professor
24 Rafael apresenta o estudo de migração do curso de jornalismo de Alto Araguaia
25 para o câmpus de Tangará da Serra. Que receberam a visita do Conselho
26 Estadual de Educação para transferência para outro local para sobrevivência do
27 curso. Esclarece outros trâmites da discussão internamente e apresentou a
28 contextualização da oferta de curso regular em Alto Araguaia e a justificativa de
29 migração para Tangará da Serra. A presidente agradece o trabalho dos
30 professores e passa a palavra ao professor Milton, que relata desde a
31 composição da comissão até uma síntese geral sobre a matéria. Faz alguma
32 discordância com a professora Antonia pois quando alguém faz concurso



01 público a primeira coisa é quanto eu vou ganhar e aonde eu vou trabalhar. Que
02 o relatório é bom e que o primeiro ano que o curso funcionou praticamente foi
03 mantido pela prefeitura e tinha equipamentos que foram sumindo ao longo dos
04 anos. Que o curso tem problemas tem, todos sabem. Que hoje no Brasil
05 jornalismo não é profissão, que certa época era preciso alterar o curso e a
06 nomenclatura e assim foi alterado para comunicação social com ênfase em
07 jornalismo, e esta alteração não foi bem sucedida. Pensa que seria viável
08 terminar o PEP, o Congresso para se agregar a comissão de baixa demanda
09 para se planejar ações que venha a resolver os problemas. Reforça que o
10 câmpus do Médio Araguaia em Luciara foi criado para atender a demanda como
11 turma parcelada os demais não. Diz ainda que suavemente se tira um curso,
12 depois outro e assim logo não se tem mais o câmpus. O conselheiro Marion
13 solicita que seja apresentado o relatório para ser apreciado pelos conselheiros
14 dado o adiantado da hora. Prossegue afirmando que é preciso se ter cautela
15 quanto a terminologias “comissão de transição” esta só poderá acontecer após a
16 remoção dos docentes. Reflete que então seria interessante tomar a decisão de
17 se tornar apenas quatro polos. Proposta: “verificar um outro curso parceladas
18 para se iniciar lá, a questão de turmas especiais”. Parabeniza os trabalhos
19 realizados e espera que os conselheiros estejam sensíveis a isto. A presidente
20 solicita que todos façam a avaliação institucional, que tudo isto ajuda muito, o
21 PEP, a consulta pública e outros. Informa que a questão da baixa procura se
22 discutiu e não se chegou a uma decisão. Pensa que não está sendo promovido
23 a predação e sim a preocupação para manter os câmpus e cursos. O
24 conselheiro Adil apresenta o seguinte encaminhamento: “já que a matéria de
25 ontem é a mesma apresentada neste subitem e foi discutido exaustivamente,
26 propõe que a mesa limite apenas três falas em defesas e três contrárias e que
27 seja colocado em votação”. O conselheiro Claudinei pensa que se vai limitar a
28 fala fica complicado. O conselheiro Tales manifesta que não vê a necessidade
29 de limitação pois cada vez que se discute surgem novas ideias. O conselheiro
30 Claudinei manifesta que seja aguardado o congresso e discutido a partir do PEP
31 a situação, pensa que não vê como se resolver agora e reflete que amarrar a
32 abertura de novo curso isto deve ser planejado. O conselheiro Claudeir reforça



01 | que não precisa ser voto qualificado e nem que todos os professores aceitem,
02 | basta o conselho colocar em votação e votar. Quando o curso for para algum
03 | lugar não pode ser de imediato, pois o quadro de professores não está
04 | completo, é preciso organizar para ver a disponibilidade de mudanças e do
05 | câmpus para organizar espaço e outros. Além de não se abrir turmas em
06 | vestibulares fica possibilitado a abertura de turma especial. A conselheira Eloisa
07 | questiona como seria o curso, se de forma regular, se for isso seria um novo
08 | curso com novos gastos. A presidente reforça que o câmpus de Barra foi
09 | iniciado com parceladas e não se pode falar em assédio, não foi mexido com
10 | outros câmpus com os mesmos problemas apenas está concluindo estes dois
11 | (Colíder e Alto Araguaia) por já estar em andamento e por cobranças externas.
12 | Lembra que o problema é descontinuar, continuar é fácil. Que não está se
13 | fechando câmpus e nem curso, pensa que hoje é possível de fazer melhor. O
14 | relator Milton reforça que todos os docentes aceitaram a remoção para
15 | Rondonópolis desde que viesse novo curso para o câmpus, mas que houve
16 | nova proposta para se reorganizar o câmpus. A presidente relembra que quando
17 | se criou os novos cursos em 2012 não se criou nenhum curso até se chegar a
18 | uma decisão quanto a esta questão. Informa que quando discutiu com o governo
19 | para se fazer uma política de estado para Rondonópolis o estado não assumiu.
20 | O conselheiro Marion manifesta que por participar de uma das comissões, pode
21 | viver todos os problemas e dramas vivenciados pelos colegas. Que é preciso
22 | prestar a atenção e não ter medo de ser grande. O conselheiro Raul questiona
23 | se aprovado a proposta de migração do Curso de Jornalismo para o câmpus de
24 | Tangará da Serra irá aprovar um curso para Câmpus de Alto Araguaia, sendo
25 | esclarecido que não apenas está sendo proposto apresentar uma turma
26 | especial. A presidente esclarece que deve obedecer uma programação para a
27 | migração. O conselheiro Tales manifesta que é uma proposta a ser pensada
28 | pois parece ser viável e isto deve ser apresentado para o próximo CONSUNI. O
29 | conselheiro Tales faz a proposta de “suspensão do vestibular, transferência do
30 | curso em 2018 e prazo para propor novo estudo de novo curso”. O conselheiro
31 | Vinícius manifesta que todos estão com o mesmo problema, e vai continuar
32 | votando neste sentido, porém se preocupa como será daqui há cinco meses, o



01 conselho será mudado e isto preocupa um pouco, pois não sabe-se o que vem
02 depois. Que é preciso se refletir sobre isto sobretudo perante o governo atual.
03 Que isto preocupa. A conselheira Marinez lembra que por estar no CONSUNI os
04 conselheiros são cobrados pela decisão, e pensa que quando se fala em evasão
05 é preciso tentar resolver o problema desde o início, a questão de estágio
06 também e ainda se o Câmpus de Tangará tem todas as estruturas? Que as
07 vezes as transferências de curso de um câmpus para o outro todos os
08 problemas serão resolvidos. Que ontem se tinha a opinião de todos os docentes
09 e dos discentes e aqui não viu esta situação. Que não se tem uma proposta de
10 migração, apenas agora foi apresentada. O conselheiro Ricardo manifesta que
11 está tentando encontrar soluções paliativas, o caso de turismo de Nova
12 Xavantina não foi encontrado no mercado e está sendo fechado em todo país,
13 por outro lado reflete que também irá ofertar apenas cursos clássicos? Então
14 entende que está na hora de se repensar as matrizes curriculares, é preciso
15 pensar em como ser atrativo para atender a demanda de mercado. Que é
16 preciso tomar uma decisão em relação a modernização das matrizes
17 curriculares. O conselheiro Anderson Miranda manifesta que é preciso se ater
18 ao relatório que é técnico científico, e informa que o Câmpus de Tangará da
19 Serra pode abarcar este curso, com relação a colocação de se abrir turma
20 especial é preciso ter um estudo de demanda. Sugere que seja decidido hoje
21 pois a discussão já está bem amadurecida, que a proposta do professor Tales
22 apresenta alguns pontos não aplicáveis. A conselheira Gislaiane sugere que seja
23 votada a proposta nesta sessão. Proposta: “Que os cursos criados na
24 modalidade de turma especial em Colíder, Alto Araguaia e Juara sejam
25 remanejados dentro dos interesses demandados, que se tenha turma rotativas
26 para atender as unidades menores – que possa ser apresentada esta proposta
27 no próximo CONSUNI”. O conselheiro manifesta que se tem duas situações
28 distintas aqui, uma comissão constituída por este conselho e um grupo de
29 professores em período probatório preocupados, que o ideal seria aguardar a
30 decisão da comissão para depois resolver. O conselheiro Adil manifesta que era
31 preciso se ater ao relatório, que é preciso discutir falas que não são negativas,
32 propõe votar o relatório. A presidente fala sobre a competição em uma eleição,



01 | quando se perde não há que se desesperar, e pensa que há muito o que se
02 | fazer para melhorar. Afirma que é parceira e que se inicia outros tempos. A
03 | presidente delibera que irá construir uma comissão para criar um Programa de
04 | Curso Itinerantes, mas é preciso ter calma; que parceladas não é menos, pois já
05 | aprendeu muito com alunos de parceladas. Que existe demandas sociais a
06 | serem escutadas. Que juridicamente não se pode pensar em obrigar um
07 | professor a ser itinerante, mas é preciso se pensar em novos tempos. O vice-
08 | reitor manifesta que esta discussão não é fácil, mas que esta questão já vem se
09 | arrastando há muito tempo e que vem sendo cobrados que a gestão não tem
10 | resolvido o problema, mas na verdade esta sim sendo pensado. Que muitas
11 | vezes uma maioria do curso diz ser problema da universidade e não dele, e que
12 | existe a possibilidade de se repensar os currículos e a carga horária. Que é
13 | preciso pensar como resolver os problemas. Reflete que hoje é Alto Araguaia e
14 | amanhã poderá ser outro câmpus. Em regime de votação: Proposta 01 -
15 | “Migração do curso em 2018/1, suspensão do vestibular para jornalismo em Alto
16 | Araguaia em 2017/1, estudo de demanda para abertura de novos cursos em
17 | 2018/1” (Tales). Proposta 02 - “Migração do curso de jornalismo de Alto
18 | Araguaia para o câmpus de Tangará da Serra e conceder prazo até a 1ª sessão
19 | de 2017 para apresentar um relatório completo da comissão e a proposta de
20 | abertura de novo curso em turma especial em 2017/2” (Milton Chicalé). O
21 | conselheiro Adil propõe que seja votado apenas o proposto no relatório. O
22 | conselheiro Milton retira a proposta 02. Em regime de votação a proposta do
23 | professor Tales: 32 votos favoráveis e 02 abstenções. Registra-se a justificativa
24 | de voto do conselheiro Luiz Jorge: “Justificativa de abstenção: inexistência de
25 | política institucional com critérios de expansão, bem como de encerramento e/ou
26 | transferência de cursos de câmpus para câmpus” e do conselheiro Valdir:
27 | “Inexistência de política institucional com critério de encerramento de cursos ou
28 | mudanças de câmpus ou ainda de fechamento de câmpus”, e ainda o registro
29 | do voto em separado do conselheiro Luiz Pascuali: “Voto favorável, no entanto
30 | volto a frisar que existe a necessidade de discussão sobre a criação de polos e
31 | a oferta de cursos na forma de turma únicas em todo o estado atendendo a
32 | população de Mato Grosso com a análise e criação de laboratório itinerante”.



01 | Em seguida recompuseram as Câmaras setoriais com a representação dos
02 | alunos eleitos para o último ano de mandato. Câmara de Legislação: Daniela
03 | Martins, Câmara de Orçamento e Patrimônio: Keila Mara, Câmara de
04 | Desenvolvimento Institucional: Daniele Batista Cardoso, Câmara de Atividades
05 | Acadêmicas: Antônio Ronaldo da Silva. A presidente pede o apoio para a
06 | avaliação institucional nos câmpus. Nada mais havendo a tratar, a presidente
07 | declarou encerrada a sessão e eu, Silvana Mara Lente, lavrei a presente Ata, a
08 | qual será apresentada aos conselheiros para aprovação na sessão subsequente
09 | e, assinada pela Presidente e pela Assessora dos Conselhos Superiores.